



# SERVIÇOS FINANCEIROS



Demonstrações  
FINANCEIRAS  
1º Semestre  
**2019**

CONSÓRCIO  
NACIONAL CHEVROLET

FINDNEWROADS®

CHEVROLET 



# SERVIÇOS FINANCEIROS



**BANCO GMAC S.A.**  
CNPJ nº 59.274.605/0001-13

## CRUZE SPORT

### Relatório da Administração

#### Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos semestres findos em 30 junho de 2019 e de 2018.

Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e que a Administração tem intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

#### Avaliação do Resultado

No semestre findo em 30 de junho de 2019, as operações de crédito e arrendamento mercantil atingiram o montante de R\$ 10.544 (2018 - R\$8.926 milhões). O Patrimônio Líquido atingiu R\$ 2.442 (2018 - R\$2.150 milhões) e os Ativos totalizaram R\$ 13.399 (2018 - R\$11.459 milhões). O índice de Basileia em 30 de junho de 2019 foi de 22,28% (2018 - 22,80%).

#### Gerenciamento de Riscos Corporativos

Em conformidade com nossas políticas internas, conjuntamente com as diretrizes estabelecidas pela nossa matriz em Detroit-EUA, o Banco GMAC S.A. possui estrutura de gestão de riscos voltada para as melhores práticas internacionais e

atendimento das exigências dos agentes reguladores locais. Neste sentido, o Banco conta com políticas de gerenciamento de riscos e procedimentos de controle e monitoramento contínuo, e de forma independente das áreas de negócio, permitindo o estabelecimento de uma cultura sólida de administração de riscos.

As informações sobre a estrutura de gerenciamento dos riscos encontram-se disponíveis em nosso portal [www.chevroletfs.com.br](http://www.chevroletfs.com.br), e são distribuídas ao público de relacionamento do Banco.

#### Ouidoria

Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e melhoria dos produtos, serviços e atendimento oferecidos, em conformidade com as Resoluções nº 3.477 e nº 4.567 do Conselho Monetário Nacional.

São Paulo, 27 de agosto de 2019

**A Administração**

### Balanços Patrimoniais

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>		<b>7.677.782</b>	<b>6.430.507</b>	<b>Circulante</b>		<b>7.365.838</b>	<b>5.474.037</b>
<b>Disponibilidades</b>	4	<b>3.786</b>	<b>9.872</b>	<b>Depósitos</b>	12	<b>4.949.588</b>	<b>3.236.990</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	5a	<b>456.068</b>	<b>207.014</b>	Depósitos interfinanceiros		1.787.062	1.959.445
Aplicações no mercado aberto		456.068	207.014	Depósitos a prazo		3.162.526	1.277.545
<b>Operações de Crédito</b>	7	<b>6.050.590</b>	<b>5.629.898</b>	<b>Obrigações por Emissão de Letras Financeiras</b>	12	<b>812.435</b>	<b>783.160</b>
Operações de crédito - setor privado		5.117.697	4.350.615	Obrigações por emissão de letras financeiras		812.435	783.160
Operações de crédito - vinculadas a cessão		1.063.054	1.460.593	<b>Outras Obrigações</b>		<b>1.603.815</b>	<b>1.453.887</b>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(130.161)	(181.310)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		10.367	7.555
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>	7	<b>(259)</b>	<b>(327)</b>	Fiscais e previdenciárias	15	150.337	194.082
Operações de arrendamento a receber - setor privado		39.282	22.249	Diversas	14	1.443.111	1.252.250
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos a receber		(39.253)	(22.249)	<b>Exigível a Longo Prazo</b>		<b>3.437.980</b>	<b>3.629.103</b>
(-) Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa		(288)	(327)	<b>Depósitos</b>	12	<b>487.629</b>	<b>828.207</b>
<b>Outros créditos</b>		<b>1.164.061</b>	<b>570.038</b>	Depósitos a prazo		487.629	828.207
Títulos e créditos a receber	7a	717.896	148.190	<b>Obrigações por Emissão de Letras Financeiras</b>	12	<b>1.613.241</b>	<b>1.368.973</b>
(-) Provisão para operações de cessão de recebíveis de liquidação duvidosa	7h	(3.589)	(1.380)	Obrigações por emissão de letras financeiras		1.613.241	1.368.973
Diversos	8	449.754	423.228	<b>Outras Obrigações</b>		<b>1.337.110</b>	<b>1.431.923</b>
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>3.536</b>	<b>14.012</b>	Fiscais e previdenciárias	15	1.009.027	919.277
Bens não de uso próprio	9a	1.578	1.865	Diversas	14	328.083	512.646
Despesas antecipadas	9b	1.958	12.147	<b>Resultado de Exercícios Futuros</b>		<b>152.453</b>	<b>206.341</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>4.988.318</b>	<b>4.390.738</b>	Resultado de exercícios futuros	17	152.453	206.341
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	5b	<b>156.803</b>	<b>121.881</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>2.442.275</b>	<b>2.149.625</b>
Carteira própria		156.803	121.881	<b>Capital</b>	18	<b>2.117.609</b>	<b>1.864.712</b>
<b>Operações de Crédito</b>	7	<b>3.488.893</b>	<b>2.896.662</b>	De domiciliados no país		2.117.609	1.864.712
Operações de crédito - setor privado		3.170.744	2.873.985	<b>Reserva de Lucros</b>	18	<b>324.666</b>	<b>284.913</b>
Operações de crédito - vinculadas a cessão		429.484	64.710				
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(111.335)	(42.033)				
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>	7	<b>(63)</b>	<b>(135)</b>				
Operações de arrendamento a receber - setor privado		9.543	9.216				
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos a receber		(9.536)	(9.216)				
(-) Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa		(70)	(135)				
<b>Outros Créditos</b>		<b>1.337.817</b>	<b>1.366.742</b>				
Diversos	8	1.337.817	1.366.742				
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>4.868</b>	<b>5.588</b>				
Despesas antecipadas	9b	4.868	5.588				
<b>Permanente</b>		<b>732.446</b>	<b>637.862</b>				
<b>Investimentos</b>		<b>671.877</b>	<b>596.777</b>				
Participações em controladas no país	10	671.877	596.777				
<b>Imobilizado de Uso</b>		<b>15.630</b>	<b>12.696</b>				
Outras imobilizações de uso		25.036	20.479				
(-) Depreciações acumuladas		(9.406)	(7.783)				
<b>Imobilizado de Arrendamento</b>	11	<b>44.939</b>	<b>28.389</b>				
Bens arrendados		72.533	33.953				
Superveniência de depreciação		(11.870)	(1.018)				
(-) Depreciações acumuladas		(15.724)	(4.546)				
<b>Total do Ativo</b>		<b>13.398.546</b>	<b>11.459.107</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>13.398.546</b>	<b>11.459.107</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstrações do Resultado

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2019	2018
<b>Receitas de Intermediação Financeira</b>		<b>891.658</b>	<b>888.749</b>
Operações de crédito	19	848.603	862.795
Operações de arrendamento mercantil		17.105	5.028
Resultado com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	5	25.950	20.926
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(435.013)</b>	<b>(449.198)</b>
Operações de captações no mercado	12a	(244.792)	(244.003)
Operações de arrendamento mercantil		(14.151)	(3.212)
Operações de vendas ou transferência de ativos financeiros		(84.289)	(110.064)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(91.781)	(91.919)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>456.645</b>	<b>439.551</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(138.086)</b>	<b>(128.852)</b>
Receitas de prestação de serviços		37.298	35.006
Rendas de tarifas bancárias	24	37.259	42.300
Despesas de pessoal	20	(55.766)	(50.263)
Outras despesas administrativas	21	(144.565)	(161.805)
Despesas tributárias	25	(33.378)	(32.452)
Resultado de equivalência patrimonial	10	29.569	47.001
Outras receitas operacionais	22	27.353	31.550
Outras despesas operacionais	23	(35.856)	(40.189)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>318.559</b>	<b>310.699</b>
<b>Resultado não Operacional</b>		<b>1.639</b>	<b>1.413</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>		<b>320.198</b>	<b>312.112</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		<b>(112.311)</b>	<b>(115.495)</b>
Provisão para imposto de renda corrente		(48.175)	(36.914)
Provisão para contribuição social corrente		(41.043)	(43.086)
Ativo fiscal diferido		(23.093)	(35.495)
Participações estatutárias no lucro		(8.433)	(16.637)
<b>Lucro Líquido do Semestre</b>		<b>199.454</b>	<b>179.980</b>
<b>Lucro Líquido por Lote de Mil Ações - R\$ Total de Ações - 1.141.400.925</b>		<b>174,74</b>	<b>157,68</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social	Legal	Outras	Lucros Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>1.688.282</b>	<b>104.933</b>	<b>176.431</b>	<b>-</b>	<b>1.969.646</b>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	179.980	179.980
Destinação do lucro:					
Reservas de lucro	-	8.999	170.981	(179.980)	-
Aumento de capital homologado pelo Banco Central em 30 de maio de 2018 (nota 18b)	176.431	-	(176.431)	-	-
<b>Saldos em 30 de Junho de 2018</b>	<b>1.864.713</b>	<b>113.932</b>	<b>170.981</b>	<b>-</b>	<b>2.149.626</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>1.864.713</b>	<b>125.212</b>	<b>252.896</b>	<b>-</b>	<b>2.242.821</b>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	199.454	199.454
Destinação do lucro:					
Reservas de lucro	-	9.973	189.481	(199.454)	-
Aumento de capital homologado pelo Banco Central em 07 de junho de 2019 (nota 18b)	252.896	-	(252.896)	-	-
<b>Saldos em 30 de Junho de 2019</b>	<b>2.117.609</b>	<b>135.185</b>	<b>189.481</b>	<b>-</b>	<b>2.442.275</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



# SERVIÇOS FINANCEIROS



**BANCO GMAC S.A.**  
CNPJ nº 59.274.605/0001-13

**EQUINOX**

→ **continuação**

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>		<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>				<b>Varição de Ativos e Obrigações</b>			
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>		<b>376.525</b>	<b>288.884</b>	(Aumento) redução em operações de crédito, arrendamento mercantil		635.763	463.233
Lucro Líquido do semestre		199.454	179.980	(Aumento) redução em outros créditos		(142.375)	122.385
Depreciações e amortizações imobilizado em uso		1.938	1.570	(Aumento) redução de despesas antecipadas		2.303	15.285
Depreciações e amortizações imobilizado arrendamento		7.054	2.341	(Aumento) redução em bens não de uso		2.819	2.126
Insuficiência (superveniência) de depreciação	3f	6.983	734	Aumento (redução) em depósitos		(835.302)	(1.205.058)
Outras despesas de arrendamento		113	137	Aumento (redução) em obrigações por emissão de letras financeiras		340.683	735.420
Resultado na alienação de imobilizado de uso		(255)	(48)	Aumento (redução) em outras obrigações		(484.878)	(932.223)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(29.569)	(47.001)	Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros		111.914	145.554
Resultado na alienação de bens não de uso - BNDU		(1.458)	(1.450)	Alienação de imobilizado de arrendamento		(4.160)	(21.838)
Provisão para operações de crédito e de arrendamento de liquidação duvidosa	7g	91.781	91.921	Imposto de renda e contribuição social pagos		(66.365)	(47.380)
Atualizações de depósitos judiciais em garantia e impostos a compensar	22	(16.970)	(17.644)	<b>Caixa Líquido Proveniente (Aplicado) das Atividades Operacionais</b>		<b>(63.073)</b>	<b>(433.612)</b>
Resultado com títulos e valores mobiliários	5b	(9.839)	(6.512)	<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>			
Juros apropriados de depósitos		122.628	141.409	Alienação de imobilizado de uso		1.044	744
Juros apropriados de obrigações por emissão de letras financeiras		65.707	52.993	Aquisição de imobilizado de uso		(4.725)	(2.482)
Provisão para riscos e obrigações legais	16b	19.493	17.308	<b>Caixa Líquido Proveniente (Aplicado) nas Atividades de Investimento</b>		<b>(3.681)</b>	<b>(1.738)</b>
Resultados de exercícios futuros	17	(146.660)	(171.359)	<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(66.754)</b>	<b>(435.350)</b>
Ativo fiscal diferido	13b	(23.093)	(35.495)	Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres		526.608	652.236
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	13b	89.218	80.000	Caixa e equivalentes de caixa no final dos semestres		459.854	216.886

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais - R\$)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco GMAC S.A. ("Banco") é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras de crédito, financiamento, investimento e arrendamento mercantil. Suas atividades operacionais consistem, principalmente, no financiamento de veículos ao consumidor, no financiamento de peças e veículos e no empréstimo de capital de giro para as concessionárias da rede Chevrolet. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo GMAC, as quais atuam integralmente no mercado financeiro, utilizando-se de uma mesma estrutura operacional. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

### 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN. Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 02 (R2) - Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08, aprovado pela CMN nº 4.270 com efeitos a partir de 2020;
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09, revogada pela Resolução CMN nº 4.636/18;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologados pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 27 - Ativo Imobilizado homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- CPC 33 de Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15;
- CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 27 de agosto de 2019.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

- Apuração de resultado
- As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata temporis" para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações de arrendamento mercantil são apuradas pelo regime de competência e segundo a Portaria do Ministério da Fazenda nº 140/84, que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no ano.
- O ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil.

- Ativo circulante e realizável em longo prazo

Os ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis" e cambiais incorridos, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com opção feita pela arrendatária, com cláusula de taxa de juros prefixada, tendo a arrendatária a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao término do contrato. Os valores residuais garantidos das operações de arrendamento mercantil, que representam as opções de compra a vencer, bem como os respectivos ajustes monetários, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a rubrica "Valores residuais a balancear", ambos no subgrupo de arrendamentos a receber.

As provisões para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são fundamentadas na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração, para concluir quanto ao valor adequado, e levam em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a partir de 1º de janeiro de 2012, os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro. A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo semestre seja improvável de ocorrer;
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador; e
- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. O registro contábil da venda ou transferência de ativos financeiros classificados na categoria operações com retenção substancial de riscos e benefícios é realizado da seguinte maneira: (i) o ativo financeiro, objeto da venda ou transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo; (ii) os valores recebidos na operação são registrados no ativo em contrapartida com o passivo referente à obrigação assumida; (iii) as receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, mensalmente.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

c) Caixa e equivalentes de caixa  
Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A moeda funcional adotada para a elaboração das demonstrações financeiras é o real.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez  
As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido de variações monetárias e juros contratados. Quando o valor de realização de um determinado ativo for inferior ao valor registrado contabilmente, é registrada provisão para ajuste deste ativo ao seu respectivo valor de realização.

e) Títulos e valores mobiliários  
Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores. Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e que a Administração tem intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

f) Ativo permanente  
É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- Participação em sociedades controladas, avaliada pelo método de equivalência patrimonial.
- Depreciação do imobilizado calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: sistema de processamento de dados e transportes - 20% e demais contas - 10%.
- O Banco, visando atender ao regime de competência, constituiu no semestre findo em 30 de junho de 2019, insuficiência de depreciação no montante de R\$ 6.983 (R\$734 em 2018), classificada em despesa de arrendamento mercantil, e apresentava insuficiência de depreciação para o semestre de 2019 de R\$ 11.870 (R\$1.018 em 2018), classificada no imobilizado de arrendamento (nota 11), equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação, conforme Circular BACEN nº 1.429/89, Pronunciamento Técnico CPC 27 e Resolução CMN nº 4.535/16.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos  
De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC - 01, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, é reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

h) Passivo circulante e exigível em longo prazo  
São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias "pro rata temporis" e cambiais incorridos.

i) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias.  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o semestre findo em 30 de junho de 2019, baseadas nos critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC-25.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

j) Imposto de renda e contribuição social  
A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre).

A provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real. É também constituída provisão para imposto de renda diferido sobre a superveniência de depreciação, as receitas de atualização dos depósitos judiciais, e créditos tributários de IRPJ e a CSLL diferidos sobre diferenças fiscais temporárias e prejuízos fiscais, com base nas alíquotas vigentes. Vale ressaltar que a expectativa de realização do crédito tributário é revisada semestralmente e, se necessário, pode-se efetuar ajustes para adequação do estoque do crédito tributário conforme mudanças na expectativa de realização dos mesmos.

k) Partes relacionadas  
A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

l) Mensuração a valor justo  
A metodologia aplicada para mensuração do valor justo em ativos e passivos financeiros, quando aplicável é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das cotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

m) Uso de estimativas contábeis  
A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes; e (iv) expectativa de realização do crédito tributário. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

continua →



# SERVIÇOS FINANCEIROS

**BANCO GMAC S.A.**  
CNPJ nº 59.274.605/0001-13

**ONIX**



continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais - R\$)

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos da seguinte forma:

	2019	2018
Disponibilidades	3.786	9.872
Aplicações em operações Compromissadas (nota 5a)	456.068	207.014
<b>Total</b>	<b>459.854</b>	<b>216.886</b>

### 5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) As aplicações interfinanceiras de liquidez, em 30 de junho de 2019, apresentavam montantes de R\$ 456.068 (R\$207.014 em 2018), e que estavam representadas por operações compromissadas prefixadas, lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), Letras do Tesouro Nacional (LTN) e Notas do Tesouro Nacional - (NTN) em 2019. No semestre foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$ 16.111 (R\$14.415 em 2018).

#### Aplicação Interfinanceira de Liquidez

	2019	2018
Aplicações de Mercado Aberto - LTN (nota 4)	145.023	
Aplicações de Mercado Aberto - LFT (nota 4)	111.012	-
Aplicações de Mercado Aberto - NTN (nota 4)	200.033	207.014
<b>Total</b>	<b>456.068</b>	<b>207.014</b>

b) Os Títulos e Valores Mobiliários estavam representados por investimentos em cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") - Banco GMAC Financiamento a Concessionários, cujo saldo, em 30 de junho de 2019, era de R\$ 156.803 (R\$121.881 em 2018). No semestre foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$ 9.839 (R\$6.512 em 2018).

#### Títulos e Valores Mobiliários

	2019	2018
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (i)	156.803	121.881
<b>Total</b>	<b>156.803</b>	<b>121.881</b>

(i) Representado por aplicação em cotas subordinadas do FIDC classificadas como mantidas até o vencimento, equivalente ao prazo de duração do Fundo previsto no seu regulamento.

O Fundo, administrado pela Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. e gerido pela Credit Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários iniciou suas operações em 26 de outubro de 2009, com prazo determinado de duração de 50 anos contados a partir da primeira integralização de Cotas Seniores da 1ª série do Fundo. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado destinado a investidores qualificados nos termos da regulamentação em vigor, tendo por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios do segmento financeiro, celebrados entre o Banco e seus clientes, sendo esses direitos creditórios oriundos de financiamento de veículos.

O FIDC busca, mas não garante, atingir rentabilidade no médio e longo prazo, equivalente à taxa DI mais 5,75% a.a. para cotas mezanino e à taxa DI mais 3% a.a. para cotas seniores. Não existem atualmente cotas mezanino. As cotas subordinadas não possuem rentabilidade alvo, estando sua valorização condicionada à rentabilidade líquida do Fundo, já que desconta-se a remuneração das outras classes de quotas.

#### Participação no patrimônio líquido do FIDC:

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução CVM nº 393, o FIDC deve manter relação mínima entre o valor das cotas seniores e o de seu patrimônio líquido, sendo que esta relação será apurada diariamente e acessível aos cotistas mensalmente. O Banco é o detentor da totalidade das cotas subordinadas do FIDC, sendo as cotas seniores pertencentes a investidores qualificados.

As relações mínimas entre o valor das cotas seniores e subordinadas em relação ao patrimônio líquido do FIDC, quais sejam:

	% em relação ao patrimônio líquido (a)
Cotas seniores	Máximo de 73%
Cotas subordinadas	Mínimo de 27%

a) Conforme o Regulamento do Fundo o somatório das cotas mezanino, se houver, e das subordinadas deverá ser equivalente a no mínimo 30% do patrimônio líquido do Fundo.

Natureza do envolvimento do Banco com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento:

A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Banco, sem prejuízo do direito do cessionário, FIDC, diretamente ou por intermédio de terceiros.

Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC:

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus cotistas.

### 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

### 7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

a) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por tipo de operação:

	2019	2018
Operações de Crédito		
Empréstimos	15.542	7.334
Financiamentos	8.272.899	7.217.266
Financiamentos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios	1.492.538	1.525.303
Operações de arrendamento mercantil (nota 7b)	44.630	28.252

#### Outros Créditos:

	2019	2018
Títulos e créditos a receber (i)	717.896	148.190
<b>Total</b>	<b>10.543.505</b>	<b>8.926.345</b>

(i) Refere-se integralmente a recebíveis comerciais de venda a prazo de veículos, adquiridos sem coobrigação.

b) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil:

	2019	2018
Operações de arrendamento		
Arrendamentos a receber	48.825	31.465
Rendas a apropriar	(48.789)	(31.465)
Valores residuais a apropriar	412	240
Valores residuais a balancear	(412)	(240)
Imobilizado de arrendamento (nota 11)	44.939	28.389
Valor residual antecipado (nota 14)	(345)	(137)
<b>Valor presente dos contratos (nota 7a)</b>	<b>44.630</b>	<b>28.252</b>

c) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil, por atividade econômica:

	2019		2018	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Sector privado	6.736.225	63,9%	6.649.879	74,5%
Pessoa física	1.832.710	17,3%	527.096	5,9%
Outros serviços	1.966.479	18,7%	1.741.441	19,5%
Comércio	8.091	0,1%	7.929	0,1%
Indústria	10.543.505	100,0%	8.926.345	100,0%

d) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por prazo de vencimento:

	2019		2018	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Parcelas vencidas:				
Até 60 dias	89.887	0,9%	76.685	0,9%
De 61 a 180 dias	26.120	0,2%	29.704	0,3%
De 181 a 360 dias	11.954	0,1%	13.070	0,1%
	127.961	1,2%	119.459	1,3%
Parcelas a vencer:				
Até 180 dias	5.170.829	49,1%	3.864.197	43,3%
De 181 a 360 dias	1.628.798	15,4%	1.649.296	18,5%
Acima de 360 dias	3.615.917	34,3%	3.293.393	36,9%
	10.415.544	98,8%	8.806.886	98,7%
<b>Total</b>	<b>10.543.505</b>	<b>100,0%</b>	<b>8.926.345</b>	<b>100,0%</b>

e) Concentração do risco de crédito:

	2019		2018	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Maior devedor	483.174	4,6%	127.749	1,4%
10 devedores seguintes	1.192.289	11,3%	346.136	3,9%
50 devedores seguintes	1.385.926	13,1%	710.130	8,0%
100 devedores seguintes	409.179	3,9%	566.230	6,3%
Demais devedores	7.072.937	67,1%	7.176.100	80,4%
<b>Total</b>	<b>10.543.505</b>	<b>100,0%</b>	<b>8.926.345</b>	<b>100,0%</b>

f) Composição da carteira por indexadores:

	2019		2018	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Prefixado	7.428.709	70,5%	7.174.908	80,4%
Pós-fixado	3.114.796	29,5%	1.751.437	19,6%
<b>Total</b>	<b>10.543.505</b>	<b>100,0%</b>	<b>8.926.345</b>	<b>100,0%</b>

g) Movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos:

	Contratos em carteira própria	Contratos em carteira cedidos	Total
Saldo no início do semestre	235.463	18.105	253.568
Constituição/(Reversão) de provisões	94.071	(2.290)	91.781
Baixas	(99.906)	-	(99.906)
<b>Saldo no fim do semestre</b>	<b>229.628</b>	<b>15.815</b>	<b>245.443</b>

h) Composição da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, outros créditos, e correspondente provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa referente aos contratos não cedidos e contratos cedidos:

Nível de risco	Taxa de provisão %	2019		2018	
		Total de operações	Provisão constituída	Total de operações	Provisão constituída
AA		51.361	-	24.812	-
A	0,5%	7.488.113	37.441	6.569.440	32.846
B	1,0%	1.050.416	10.504	776.587	7.766
C	3,0%	1.581.849	47.455	1.221.981	36.659
D	10,0%	189.385	18.939	150.232	15.023
E	30,0%	44.078	13.223	42.183	12.655
F	50,0%	28.564	14.282	27.877	13.939
G	70,0%	20.465	14.326	23.118	16.183
H	100,0%	89.274	89.273	90.115	90.114
<b>Total</b>		<b>10.543.505</b>	<b>245.443</b>	<b>8.926.345</b>	<b>225.185</b>

i) Durante o semestre foram registradas receitas com créditos recuperados no valor de R\$ 27.414 (R\$ 32.042 em 2018), contabilizado no grupo de Receitas de Intermediação Financeira das Demonstrações do Resultado. Em 30 de junho de 2019, existiam contratos renegociados no montante de R\$ 3.196 (R\$ 5.730 em 2018).

j) Cessão de crédito

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2019, o Banco cedeu ao FIDC, com retenção substancial de riscos e benefícios, o montante de R\$ 1.462.459 (R\$ 1.255.650 em 2018), em operações de financiamento de veículos, tendo apropriado despesas no montante de R\$ 24.266 (R\$17.304 em 2018).

O valor presente dos contratos cedidos pela taxa original, em 30 de junho de 2019, com retenção substancial de riscos e benefícios, registrados na rubrica de "Operações de crédito", totalizam R\$ 527.914 (R\$395.839 em 2018), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de "Outras obrigações - Diversas - Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros" (nota 14) no montante de R\$ 522.134 (R\$ 391.977 em 2018). Há provisão para créditos de liquidação duvidosa para estas cessões no montante de R\$ 6.497 (R\$ 4.718 em 2018) registrado na rubrica "provisão para créditos de liquidação duvidosa".

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2019, o Banco cedeu operações de crédito de financiamento de veículos, com retenção substancial de riscos e benefícios, a outras instituições financeiras, no montante de R\$ 1.173.043 (R\$ 256.641 em 2018), tendo apropriado despesas no montante de R\$ 60.023 (R\$92.760 em 2018). Os contratos objeto de cessão referem-se a financiamentos de veículos, cujos vencimentos ocorrerão até 2023.

O valor presente das operações de crédito de financiamento de veículos cedidas a outras instituições financeiras, com retenção substancial de riscos e benefícios, e registrados na rubrica de "Operações de crédito", em 30 de junho de 2019, consta o montante de R\$ 968.623 (R\$ 1.129.463 em 2018), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de "Outras obrigações - Diversas - Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros" (nota 14) no montante de R\$ 1.058.041 (R\$1.235.011 em 2018). Há provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre essas cessões, no montante de R\$ 9.318 (R\$ 8.349 em 2018), registrada na rubrica "provisão para créditos de liquidação duvidosa".

k) Composição da PCLD - Carteira Cedida:

Nível de risco	Taxa de provisão %	Contratos cedidos	
		Total de operações	Provisão constituída
AA	-	17.735	-
A	0,5%	1.036.240	5.181
B	1,0%	215.867	2.159
C	3,0%	205.826	6.175
D	10,0%	14.462	1.446
E	30,0%	2.028	608
F	50,0%	268	134
G	70,0%	-	-
H	100,0%	112	112
<b>Total</b>		<b>1.492.538</b>	<b>15.815</b>

### 8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2019	2018
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota 13c)	646.841	669.151
Depósitos judiciais (nota 16b) (i)	1.002.708	975.480
Devedores diversos - país (ii)	58.633	49.619
Impostos a recuperar (iii)	35.202	53.262
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 26e) (iv)	40.528	38.907
Adiantamentos e antecipações salariais	3.659	3.551
<b>Total</b>	<b>1.787.571</b>	<b>1.789.970</b>
Ativo circulante	449.754	423.228
Realizável em longo prazo	1.337.817	1.366.742

(i) Refere-se, principalmente, aos depósitos efetuados em ações judiciais (Mandados de Segurança e Ações Anulatórias) para suspender a exigibilidade de tributos que se encontram sob discussão e outros processos judiciais. Os principais tributos depositados judicialmente são Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto Sobre Serviços - ISS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, os quais estão provisionados nas rubricas "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" (nota 15) e "Provisão para riscos e obrigações legais" (nota 16).

Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais (notas 22 e 23, respectivamente).

(ii) Representados, principalmente, por valores transferidos de operações de crédito para outros créditos, decorrentes dos avisos de recebimentos de parcelas de financiamento CDC, "Floor Plan" e Leasing, creditados em conta-corrente no primeiro dia útil subsequente, no montante de R\$ 54.798 (R\$41.209 em 2018). Refere-se também a valores de IPVA devidos pelos arrendatários, cobrados do Banco pelos Estados onde estes veículos estão registrados no montante de R\$ 971 em 2018, líquido de provisão para perda, que o Banco cobrará posteriormente dos respectivos arrendatários.

(iii) Refere-se substancialmente à antecipação de Imposto de Renda e Contribuição Social no valor de R\$ 35.202 (53.256 em 2018).

(iv) Refere-se, principalmente, a valor a receber de financiamento da modalidade de "Floor Plan" e CDC junto à General Motors do Brasil no valor de R\$ 20.946 (R\$22.247 em 2018). Adicionalmente, estão registrados valores a receber de ligadas relacionadas a despesas com pessoal no valor de R\$ 17.687 (R\$14.873 em 2018).

### 9. OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso

Os bens retomados são registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização, quantificada com base no valor justo dos respectivos bens. No semestre findo em 30 de junho de 2019, o saldo de Bens não de uso totalizava R\$ 1.578 (R\$1.865 em 2018).

b) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas classificadas em "Outros valores e bens" referem-se às comissões de originação de operações de crédito pagas aos correspondentes no País. Destaca-se que as comissões originadas, a partir de 2015, estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.294/14, que estabeleceu que as comissões pagas aos correspondentes em decorrência da originação de novas operações de crédito devem ser reconhecidas integralmente quando da originação da operação, bem como ficam limitadas aos percentuais máximos de 6% do valor da nova operação originada e 3% do valor da operação objeto de portabilidade, e em conformidade com a Circular BACEN nº 3.738/14, que estabelece os procedimentos para contabilização da remuneração de correspondentes no País, facultando a aplicação escalonada da apropriação contábil, opção adotada pelo Banco. A apropriação das comissões é realizada mensalmente no resultado, em conformidade com as normas vigentes. Em 30 de junho de 2019, o saldo de despesas antecipadas montava R\$ 6.826 (R\$17.735 em 2018), e foram apropriadas ao resultado do semestre findo em 30 de junho de 2019 despesas no montante de R\$ 66.503 (R\$80.114 em 2018), na rubrica "Outras Despesas Administrativas" (nota 21).

continua



SERVIÇOS  
FINANCEIROS



**BANCO GMAC S.A.**  
CNPJ nº 59.274.605/0001-13

**TRAILBLAZER**

continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais - R\$)

### 10. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS

	2019		2018	
	GMAC Administradora de Consórcios Ltda.	GMACI Corretora de Seguros Ltda.	GMAC Administradora de Consórcios Ltda.	GMACI Corretora de Seguros Ltda.
Dados da controlada:				
Patrimônio Líquido no final do semestre antes da apuração do resultado	528.615	113.693	463.866	85.910
Lucro do semestre	13.405	16.165	33.826	13.176
Participação no capital	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Movimentação de Investimentos:				
No início do semestre	528.615	113.693	463.866	85.910
Resultado de equivalência patrimonial	13.405	16.164	33.826	13.175
<b>No final do semestre</b>	<b>542.020</b>	<b>129.857</b>	<b>497.692</b>	<b>99.085</b>

### 11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	Taxa de depreciação (i)	2019	2018
Veículos arrendados	20,00% a.a.	72.533	33.953
Superveniência (Insuficiência) de depreciação (nota 3f)		(11.870)	(1.018)
Depreciação acumulada		(15.724)	(4.546)
Imobilizado de arrendamento (nota 7b)		<b>44.939</b>	<b>28.389</b>

(i) Taxas de depreciação conforme Portaria do Ministério da Fazenda nº 140/84.

### 12. CAPTAÇÕES

	2019	2018
Depósitos interfinanceiros	1.787.062	1.959.445
Depósitos a prazo	3.650.155	2.105.752
Letras financeiras	2.425.676	2.152.133
<b>Total</b>	<b>7.862.893</b>	<b>6.217.330</b>
Passivo circulante	5.762.023	4.020.150
Exigível a longo prazo	2.100.870	2.197.180

As captações são representadas por Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, Certificados de Depósitos Bancários - CDB e Letras Financeiras com vencimentos até maio de 2023, sujeitos a encargos financeiros pré-fixados entre 6,10% e 14,49% ao ano no montante de R\$ 2.576.853 (R\$2.481.635 em 2018) e captações pós-fixadas atreladas a percentual da variação do CDI ou da SELIC, entre 95% e 108,5%, no montante de R\$ 5.286.040 (R\$3.735.695 em 2018)

a) Foram apropriadas para o resultado as seguintes despesas de captações:

	2019	2018
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	49.304	96.051
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	125.816	92.663
Letras financeiras	67.557	53.684
Fundo Garantidor de Créditos - FGC	2.115	1.605
<b>Total</b>	<b>244.792</b>	<b>244.003</b>

### 13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	2019		2018	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes da tributação	320.198	320.198	312.112	312.112
Aliquotas	25%	15%	25%	20%
<b>Despesa de acordo com as alíquotas</b>	<b>(80.050)</b>	<b>(48.030)</b>	<b>(78.028)</b>	<b>(62.423)</b>
Efeito de IR e CS sobre diferenças permanentes				
Participações no lucro e resultado	2.108	1.265	4.159	3.327
Resultado de equivalência patrimonial	7.393	4.436	11.750	9.400
Outras adições/exclusões permanentes	(536)	(94)	(265)	(205)
<b>Total IR e CS sobre diferenças permanentes</b>	<b>8.965</b>	<b>5.607</b>	<b>15.644</b>	<b>12.522</b>
Incentivos Fiscais (i)	1.185	-	908	-
Ajuste de imposto corrente exercício anterior (ii)	-	-	9	10
Ajuste de imposto diferido exercício anterior (iii)	-	-	(13)	(10)
Ajuste de prejuízo fiscal/Base negativa (iii)	-	-	4	-
Ajuste da majoração de 5% da CSLL (nota 3 j)	-	-	-	(3.965)
Baixa de provisão de incentivos fiscais	-	-	106	(273)
Adicional do imposto de renda	12	-	12	-
<b>Imposto de renda e contribuição social no semestre</b>	<b>(69.888)</b>	<b>(42.423)</b>	<b>(61.357)</b>	<b>(54.138)</b>
	<b>(112.311)</b>		<b>(115.495)</b>	

(i) Do total dos incentivos fiscais, R\$ 1.185 (R\$908 em 2018) refere-se ao Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, conforme disciplinado no RIR/99 em seus artigos 581 a 589.

(ii) O ajuste refere-se ao efeito do recálculo da base de IRPJ e CSLL de 2016 na apuração do imposto corrente. Deve-se substancialmente aos efeitos descritos no item (iii).

(iii) O ajuste refere-se ao efeito da análise sobre a base de IRPJ e CSLL de 2016 no estoque de crédito tributário de diferenças temporárias de PCLD, Outras Provisões, Prejuízo Fiscal e Base Negativa, sobre o qual o Banco realizou diferenças temporárias que já eram dedutíveis em exercícios anteriores, mas que foram realizadas no primeiro semestre de 2017.

b) Composição do "Resultado de imposto de renda e contribuição social":

	2019		2018	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
IR e CS devidos	(48.175)	(41.043)	(36.923)	(43.096)
IR e CS correntes exercício anterior	-	-	9	10
Constituição/(realização) de impostos diferidos:				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	(21.159)	-	(16.215)	-
Provisão para operação de crédito	1.022	613	(7.412)	(9.359)
Provisões para riscos fiscais	3.372	2.023	5.264	(2.416)
Outras Adições Temporárias	(2.843)	(1.706)	(2.948)	(2.358)
Correção de Depósitos Judiciais	(3.851)	(2.310)	(3.317)	3.082
Superveniência/Insuficiência de Depreciação	1.746	-	184	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social no semestre	<b>(69.888)</b>	<b>(42.423)</b>	<b>(61.358)</b>	<b>(54.137)</b>
Total de imposto de renda e contribuição social	<b>(112.311)</b>		<b>(115.495)</b>	

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho:

	2019		2018	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízos fiscais	121.209	-	150.810	-
<b>Diferenças temporárias:</b>	<b>329.779</b>	<b>195.853</b>	<b>320.161</b>	<b>198.183</b>
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	104.639	62.783	104.025	67.816
Provisão para riscos fiscais	204.462	122.443	197.701	118.386
Outras Adições Temporárias (i)	17.711	10.627	18.181	11.981
Insuficiência de Depreciação	2.967	-	254	-
Total de créditos tributários IRPJ e CSLL	<b>450.988</b>	<b>195.853</b>	<b>470.970</b>	<b>198.183</b>
Total de créditos tributários	<b>646.841</b>		<b>669.153</b>	

(i) Referem-se substancialmente a adições temporárias sobre provisões para riscos cíveis e trabalhistas e pagamentos para fornecedores.

d) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho:

Ano	IR		CS		Valor Contábil	Valor Presente
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Total	Total	Total
2019	33.126	3.697	19.801	56.624	53.555	
2020	103.774	112.998	61.391	278.163	248.712	
2021	176.465	-	104.908	281.373	236.380	
2022	6.961	4.514	4.081	15.556	12.179	
2023	4.957	-	2.974	7.931	5.766	
2024	664	-	398	1.062	712	
2025	412	-	247	659	406	
2026	767	-	460	1.227	697	
2027	203	-	122	325	171	
2028	2.450	-	1.471	3.921	1.903	
<b>Total</b>	<b>329.779</b>	<b>121.209</b>	<b>195.853</b>	<b>646.841</b>	<b>560.481</b>	

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$ 560.481 (R\$545.606 em 2018), calculado com base na taxa Selic projetada para os períodos de realização correspondentes, de acordo com a expectativa de realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias do Banco e indicadores econômico-financeiros.

Os créditos tributários foram avaliados para fins de *impairment* tomando-se em consideração a projeção de lucros tributáveis futuros.

e) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

Créditos Tributários	Constituições (Realizações)	
	31/12/2018	30/06/2019
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Provisões para riscos fiscais	321.509	5.396
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e créditos baixados	165.787	1.635
Outras adições temporárias	32.887	(4.549)
Sobre Insuficiência	1.222	1.745
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	521.405	4.227
Créditos de Prejuízo Fiscal	142.368	(21.159)
Total de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	142.368	(21.159)
Total de créditos Tributários	<b>663.773</b>	<b>(16.932)</b>
Obrigações fiscais diferidas		
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Sobre atualizações de depósitos judiciais	(185.547)	(6.160)
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	(185.547)	(6.160)
<b>Líquido</b>	<b>478.226</b>	<b>(23.092)</b>

### 14. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2019	2018
Provisão para riscos cíveis (nota 16)	34.710	34.470
Provisão para riscos trabalhistas (nota 16)	25.397	24.219
Credores por antecipação de valor residual (nota 7b)	345	137
Credores diversos - país (i)	20.344	15.920
Valores a pagar de despesas com pessoal	26.831	28.962
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 26e)	66.642	18.319
Valores a pagar a fornecedores diversos	15.881	15.881
Títulos e créditos a receber (nota 7j) (ii)	1.581.044	1.626.988
<b>Total</b>	<b>1.771.194</b>	<b>1.764.896</b>
Passivo circulante	1.443.111	1.252.250
Exigível a longo prazo	328.083	512.646

(i) Refere-se substancialmente a valores de cessão de crédito no valor de R\$ 15.222 (R\$9.576 em 2018), os quais são pagos ao FIDC no primeiro dia útil subsequente a efetivação das operações.

(ii) Refere-se ao passivo das cessões de crédito de operações de varejo no montante de R\$ 1.058.910 (R\$1.235.011 em 2018) e FIDC no montante R\$ 522.134 (R\$391.979 em 2018), conforme nota 7j.

### 15. OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2019	2018
Outros impostos indiretos a pagar	9.340	11.175
Provisão para imposto sobre o lucro - corrente - IRPJ e CSLL	89.219	80.020
Provisão para impostos diferidos sobre atualização de depósitos judiciais (nota 13e)	191.707	180.112
Provisões para riscos e obrigações legais (nota 16a)	869.098	842.052
<b>Total de outras obrigações fiscais e previdenciárias</b>	<b>1.159.364</b>	<b>1.113.359</b>
Passivo circulante	150.337	194.082
Exigível a longo prazo	1.009.027	919.277

### 16. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição de provisão para riscos e obrigações legais:

	2019	2018
Provisões para Riscos:		
Provisões para risco e obrigações legais	869.098	842.052
Provisões para riscos cíveis (nota 14)	34.710	34.470
Provisões para riscos trabalhistas (nota 14)	25.397	24.219
<b>Total de provisões e obrigações legais</b>	<b>929.205</b>	<b>900.741</b>

b) Movimentação de provisões para riscos e obrigações legais:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no início do semestre	855.609	25.819	33.725	915.153
Constituições (Reversões) líquidas do semestre	13.489	1.615	4.389	19.493
Valores pagos no semestre	-	(2.037)	(3.404)	(5.441)
Saldo no final do semestre	869.098	25.397	34.710	929.205
Total dos depósitos em garantia (nota 8)	976.382	7.925	18.401	1.002.708

#### Obrigações Legais

Obrigações Legais: CSLL - as principais teses em discussão são: (a) ação que discute os valores pagos a título de CSLL nos anos-base de 1992 a 1996 (novembro de 1996) por ser empresa não empregadora; (b) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência da CSLL a partir de dezembro de 1996, por ser empresa não empregadora; (c) mandado de segurança impetrado para garantir o direito de recolher a CSLL nos anos-base 1994 e 1995 à alíquota de 10%, afastando com isso, a incidência de Emenda Constitucional de Revisão nº 01/94, que instituiu para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 30%, o que fere o princípio da isonomia; e (d) mandado de segurança para assegurar ao Banco o direito de recolher a CSLL no ano-base 1996 à alíquota de 8%, afastando, dessa maneira, a incidência da Lei nº 9.246/95, a qual instituiu alíquota diferenciada de 18% para as instituições financeiras, o que fere o princípio da isonomia.

PIS/COFINS - as principais teses em discussão são: (a) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência de PIS/COFINS por ser o Banco empresa não empregadora a partir de dezembro de 1996; (b) mandado de segurança impetrado para garantir ao Banco o direito de recolher o PIS/COFINS sobre a receita de serviços, afastando com isso, a base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas.

#### Riscos trabalhistas

São ações movidas principalmente por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência e no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação.

#### Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e as indenizatórias são provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

c) Resumo de passivos contingentes - causas classificadas como possíveis:

Causas Possíveis	2019		2018	
	Quantidade de processos	Montante (R\$ mil)	Quantidade de processos	Montante (R\$ mil)
Cíveis	1.153	20.288	1.374	23.305
Trabalhistas	21	5.962	21	16.354
Fiscais	234	57.656	315	63.125
<b>Total</b>	<b>1.408</b>	<b>83.906</b>	<b>1.710</b>	<b>102.784</b>

continua



# SERVIÇOS FINANCEIROS



## BANCO GMAC S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13

## CRUZE

continuação

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais - R\$)

#### 17. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Refere-se a recebimento antecipado de receita de campanha (equalização de taxa de juros) relativa às operações de crédito e arrendamento mercantil, no montante de R\$152.453 (R\$206.341 em 2018), conforme nota 26e, as quais são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo contratual das respectivas operações na rubrica de "Receitas com Operações de Crédito" no semestre findo em 30 de junho de 2019 foram reconhecidos resultados de R\$146.660 (R\$171.359 em 2018).

#### 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social  
O capital social no montante de R\$2.117.609 (R\$1.864.712 em 2018) está representado por 1.141.400.925 ações ordinárias (1.141.400.925 em 2018).  
b) Reservas de Lucros  
A reserva legal é constituída a 5% do lucro do exercício, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal. O saldo de reservas de lucros em 30 de junho de 2019 é de R\$324.666 (R\$284.913 em 2018).  
Em 30 de abril de 2019, em Assembleia Geral Ordinária, foi deliberado o aumento de capital através da integralização de reservas de lucros no montante de R\$252.896 (R\$ 176.431 em 2018) que foi homologado pelo Banco Central em 07 junho de 2019, sem emissão de novas ações.

#### 19. RECEITA COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, foram reconhecidas, no resultado, receitas de operações de crédito, conforme demonstrado:

	2019	2018
Receita com operação de atacado	119.559	88.278
Receita com operação de varejo	729.044	774.517
<b>Total</b>	<b>848.603</b>	<b>862.795</b>

#### 20. DESPESAS DE PESSOAL

Nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, foram reconhecidas "Despesas com Pessoal", conforme demonstrado:

	2019	2018
Despesas com proventos	29.150	28.910
Despesas com encargos sociais	14.577	12.400
Despesas de benefícios	11.846	8.835
Outras	193	118
<b>Total</b>	<b>55.766</b>	<b>50.263</b>

#### 21. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A rubrica "Outras despesas administrativas" apresentava a seguinte composição nos semestres:

	2019	2018
Comissões pagas às concessionárias (nota 9b)	66.503	80.114
Sistemas de processamento de dados	9.905	12.497
Serviços técnicos especializados	15.523	18.908
Propaganda e publicidade	2.113	1.296
Sistemas de comunicação	4.753	4.806
Serviços prestados de terceiros	9.970	9.862
Despesas com sistema financeiro	8.294	8.584
Despesas com seguros	331	386
Emolumentos pagos aos cartórios	16.188	14.685
Amortizações e depreciações	1.938	1.570
Outras	9.047	9.097
<b>Total</b>	<b>144.565</b>	<b>161.805</b>

#### 22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A rubrica "Outras receitas operacionais" apresentava a seguinte composição nos semestres:

	2019	2018
Atualização monetária de depósitos judiciais e Impostos a Compensar	16.970	17.644
Recuperação de despesas	2.173	438
Reversão de provisão para contingências cíveis e trabalhistas	3.325	7.619
Resultado na venda de bens não de uso próprio	4.595	5.108
Outros	290	741
<b>Total</b>	<b>27.353</b>	<b>31.550</b>

#### 23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

A rubrica "Outras despesas operacionais" apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
Despesas com atualização monetária de contingências fiscais	13.489	13.988
Despesas com provisões cíveis e trabalhistas	9.330	10.937
Despesa com cobrança	12.050	13.967
Despesas com juros e multas	171	1.161
Outras	816	136
<b>Total</b>	<b>35.856</b>	<b>40.189</b>

#### 24. RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

Refere-se à receita com Taxa de Confecção de Cadastro (TCC), no montante de R\$37.259 (R\$42.300 em 2018).

#### 25. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A rubrica "Despesas Tributárias" apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
COFINS	23.824	23.086
PIS	3.871	3.752
ISS	4.067	3.970
OUTROS	1.616	1.644
<b>Total</b>	<b>33.378</b>	<b>32.452</b>

#### 26. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração  
Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de Abril, são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo GMAC.  
b) Benefícios de Curto Prazo

	2019	2018
Salários e Honorários da Diretoria Executiva - Remuneração fixa	1.774	1.370
Remuneração variável	1.943	1.162
Outras	249	762
<b>Total</b>	<b>3.966</b>	<b>3.294</b>

c) Rescisão do Contrato  
Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Outras Informações - Operações de Crédito  
Conforme previsto na Lei nº 13.506/17, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores ou seus familiares.

e) Transação com partes relacionadas  
As posições patrimoniais e de resultado auferidas em operações com partes relacionadas nos semestres, podem ser resumidos como segue:

Partes relacionadas	2019		2018	
	Ativo (passivo)	Receita (despesas)	Ativo (passivo)	Receita (despesas)
General Motors do Brasil Ltda.:				
Outros créditos (nota 8)	20.946	-	22.247	-
Rendas de prestação de serviços	-	8.687	-	7.974
Outras obrigações - Diversas (nota 14)	(66.642)	-	(18.319)	-
Resultado de exercícios futuros (nota 17)	(152.453)	146.660	(206.341)	171.359
GMAC Prest. de Serviços de Mão-de-obra Ltda.:				
Captações em depósitos a prazo	(38.383)	(1.075)	(33.287)	(1.022)

#### Partes relacionadas

	2019		2018	
	Ativo (passivo)	Receita (despesas)	Ativo (passivo)	Receita (despesas)
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.:				
Outros créditos (nota 8)	1.215	-	1.131	-
Captações em depósitos a prazo	(536.992)	(32.614)	(472.982)	(28.457)
Receita de prestação de serviços	-	6.122	-	6.203
GMACI - Corretora de Seguros Ltda.:				
Outros créditos (nota 8)	680	-	656	-
Captações em depósitos a prazo	(131.798)	(3.719)	(100.901)	(2.906)
Receita de prestação de serviços	-	3.655	-	3.704
Controladora				
General Motors Financial Inc.:				
Outros créditos (nota 8)	17.687	-	14.873	-
Receita de prestação de serviços	-	2.777	-	3.029
General Motors Investment Participações Ltda.:				
Captações em depósitos a prazo	(2.617)	(109)	(651)	(44)

#### 27. GERENCIAMENTO DE RISCO

(a) Em consonância com a regulamentação vigente, as práticas adotadas no mercado e as recomendações do comitê da Basileia, a Instituição, para suportar o adequado gerenciamento de seus riscos, adota as seguintes práticas:

- Risco de Crédito - consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a mitigação e controle, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela sua gestão, e a área de risco de crédito, como responsável por monitorar os indicadores de crédito para, caso haja necessidade, estabelecer correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite de riscos adotados pela organização;
- Risco Operacional - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17 e Circular BACEN nº 3.678/13, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco operacional, e a área de Risco Operacional, como a responsável por avaliar os processos e controles internos, monitorar os indicadores de risco operacional (KRIs), fomentar discussões sobre os eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelecer planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização;
- Risco de Mercado - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17 a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de mercado, e a área de Riscos Corporativos, como a responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco das carteiras através de acompanhamento do IRRBB (Interest Rate Risk of the Banking Book) avaliando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, GAP Análisis, Backtesting e teste de estresse. As avaliações são realizadas com o objetivo de manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura e estratégia;
- Risco de Liquidez - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17 a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de liquidez, e a área de Riscos Corporativos, como a responsável por realizar o monitoramento e o controle independente com o acompanhamento do TRF (Time to Required Funding), Cálculo Descasamento de Taxas, Cálculo Descasamento de Moedas, Apuração do LCR, Cálculo e divulgação do Caixa Mínimo, Backtesting Projeção de Fluxo de Caixa e Concentração de Funding, conforme os limites estabelecidos de forma adequada para financiar suas atividades de forma prudente e eficaz em termos de custos e gerenciamento do risco;
- De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A política relacionada à Gestão de Capital da Chevrolet Serviços Financeiros estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo e abrange os seguintes pontos: papéis e responsabilidades, métricas da gestão de capital, regras de cálculo do capital, limites operacionais, planos de contingência e monitoramento contínuo. Nossa estratégia é manter o capital em níveis adequados de acordo com a estratégia adotada pela Chevrolet Serviços Financeiros, de forma que haja uma margem prudente em relação ao patamar mínimo estabelecido pelo regulador local (10,50%), e que ao mesmo tempo não seja excessivo, comprometendo os resultados do negócio;

(b) Outros Riscos:

- Risco Socioambiental - De acordo com a Resolução 4.327/14 do CMN, o risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais associadas às atividades e operações da instituição. A Chevrolet Serviços Financeiros construiu uma Política de Responsabilidade Socioambiental, monitorada, atualizada e posta em prática pela área de Riscos, visando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco socioambiental presente nas atividades e nas operações. Essa estrutura prevê, através deste documento, estratégias, limites e procedimentos destinados a manter a exposição a risco socioambiental em conformidade com os níveis fixados na RAS (Risk Appetite Statement).
- Risco de Conformidade - O risco de conformidade é associado à ausência ou incorretas ações tomadas para garantir a conformidade com as normas, legislações e boas práticas aplicáveis ao segmento. Buscando o alinhamento entre as melhores práticas no que tange ao gerenciamento de riscos ao perfil de negócio, às características da Instituição, e ao ambiente regulatório, a área de Compliance da Chevrolet Serviços Financeiros gerencia este risco de conformidade de forma estruturada, apoiada em normas e procedimentos corporativos, visando garantir que todas as regras aplicáveis estão sendo atendidas.
- Risco Legal - O risco legal é associado à incorreta interpretação, aplicação e/ou não cumprimento dos dispositivos legais, regulamentações, acordos e preceitos éticos nas práticas das empresas, bem como à inadequação ou deficiência em seus contratos, podendo ter como consequências, incluindo, mas não se limitando a, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, diminuição do valor dos ativos, contingências maiores do que as esperadas e indenizações por danos a terceiros. A Chevrolet Serviços Financeiros através de seu departamento Jurídico, atua de forma ativa para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco legal inerente ao seu negócio.
- Risco Estratégico - O risco de estratégia é definido como a possibilidade de perda decorrente da utilização de uma estratégia, premissas ou política de negócios inadequada ou de falta desta, incluindo a ausência ou execução equivocada de resposta a alterações de mercado e a fatores externos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui um processo regular, completo e consistente de planejamento estratégico, visando a projeção, acompanhamento e gestão de todos os indicadores estrategicamente relevantes para o seu negócio, de forma a subsidiar robustamente a tomada de decisão pela gestão.
- Risco Reputacional - O risco reputacional é definido como a ocorrência ou possibilidade de exposição negativa que impacte a percepção daqueles com os quais se relaciona, incluindo clientes, investidores, agências de rating, colaboradores e órgãos reguladores, em relação às práticas de negócio, conduta ou condição financeira da Instituição. A gestão do risco reputacional na Chevrolet Serviços Financeiros é realizada a partir de processos contidos em diversas áreas da Instituição, os quais têm como objetivo mitigar a ocorrência de eventos que afetem a reputação, bem como atuar no controle e minimização da disseminação desses impactos.

#### 28. OUTRAS INFORMAÇÕES

Adesão aos programas de parcelamento e quitação de débitos fiscais (REFIS/anistia Lei nº 11.941/2009): Em 30 de novembro de 2009, o Banco aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais estabelecido na Lei nº 11.941/09. O Banco possui em 30 de junho de 2019, um total de provisões sobre contingências aderidas ao REFIS no montante de R\$265.706 (R\$ 259.540 em 2018), sendo R\$58.018 (R\$ 58.018 em 2018) de Principal, R\$523 (R\$ 523 em 2018) de multas e R\$207.165 (R\$ 200.999 em 2018) de juros. Dessa forma, o Banco assume débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os efeitos fiscais e contábeis relativos ao enquadramento dos processos submetidos ao REFIS estão sendo realizados conforme o desfecho das discussões judiciais, com a consequente destinação dos depósitos pelos juizes responsáveis.

#### 29. ÍNDICE DA BASILEIA

De acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco Central do Brasil - BACEN instituiu a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido ajustado, compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, cujo cálculo em 30 de junho de 2019 foi de 22,28%.

Título/Risco ponderado	Ativo ponderado por risco	Patrimônio de referência exigido
Risco reduzido - 20%	5.303	1.060
Risco reduzido - 75%	6.197.997	4.648.497
Risco reduzido - 85%	727.401	618.291
Risco reduzido - 100%	3.895.966	3.895.966
Risco reduzido - 250%	184.475	461.189
<b>Subtotal 1</b>	<b>11.011.142</b>	<b>9.625.003</b>
Parcela para cobertura de Risco Operacional	624.537	624.537
Parcela para cobertura de exposição de Risco Cambial	4	4
<b>Subtotal 2</b>	<b>624.541</b>	<b>624.541</b>
<b>Total</b>	<b>11.635.683</b>	<b>10.249.544</b>
<b>Patrimônio de referência Índice de Basileia</b>		<b>2.283.133</b>
		<b>22,28%</b>



## SERVIÇOS FINANCEIROS

**BANCO GMAC S.A.**  
CNPJ nº 59.274.605/0001-13

**S10 HIGH COUNTRY**



continuação

### Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - 1º Semestre de 2019

#### I. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria (Comitê) do Conglomerado GMAC, composto pelo Banco GMAC S.A. e GMAC Administradora de Consórcios Ltda., neste documento denominado, simplesmente, Grupo GMAC, foi instalado no dia 18 de fevereiro de 2011 por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas do Banco GMAC S.A., e atua como único para o Consolidado Econômico-Financeiro do Grupo GMAC. Em reunião realizada em 27 de agosto de 2019 foram aprovadas as matérias objeto do Relatório do Comitê de Auditoria e o seu respectivo Resumo, os quais se encontram à disposição do Banco Central do Brasil na sede desta Instituição, sob a guarda da Área de Controles Internos.

#### II. ATIVIDADES DO COMITÊ

O Comitê se reuniu com o propósito de analisar as demonstrações financeiras e contábeis da data-base de 30 de junho de 2019, previamente recebidas, assim como examinar e aprovar o conteúdo do Relatório do Comitê de Auditoria, referente às atividades desenvolvidas relativas à mesma data-base, este Resumo e demais atividades pertinentes a este fórum.

Com relação às atividades e informações do primeiro semestre de 2019, o Comitê destaca os seguintes temas:

##### a) Avaliação da qualidade das demonstrações contábeis

O Comitê revisou e aprovou, sem ressalvas, as demonstrações financeiras do Banco GMAC e GMAC Administradora de Consórcios, referentes à data-base - 30 de junho de 2019, que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Concluiu que os trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias e áreas de riscos e de controles internos são eficazes e conferem transparência e qualidade às Demonstrações Financeiras do Grupo GMAC, recomendando sua aprovação pelo corpo diretivo, para a data-base de 30 de junho de 2019.

##### b) Avaliação da efetividade do Sistema de Controles Internos

O Comitê ressaltou que reconhece o esforço de melhoria contínua proposto pela Administração e a aplicação das melhores práticas de mercado no que tange à Governança Corporativa, bem como com relação às melhorias dos Controles Internos e ao comprometimento com a transparência.

Outros documentos apresentados e aprovados neste Comitê:

- Relatório Semestral de Ouvidoria regulamentado pela Resolução 4.433/2015 do CMN.
- Relatório Semestral da Auditoria Interna, elaborado em atendimento à Resolução 4.567/2017 do CMN.

##### c) Validação da efetividade das Auditorias Independente e Interna

O Comitê considera que as Auditorias Independente e Interna vêm desenvolvendo seu trabalho de maneira satisfatória, adequado à complexidade e porte da instituição.

O Comitê mantém com os Auditores Independentes um canal regular de comunicação para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros.

O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados apresentados ao Comitê nas sessões de trabalho não trouxeram ao seu conhecimento a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da Organização de maneira significativa.

##### d) Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos auditores Independentes e Internos

As recomendações em aberto dos Auditores Independentes e Internos, bem como aquelas oriundas dos órgãos reguladores, foram apresentadas e discutidas pelos membros, que avaliaram os cronogramas propostos e os cumprimentos das recomendações como satisfatórios.

##### e) Avaliação dos estudos técnicos para realização de créditos tributários

O Comitê examinou e aprovou os estudos para realização de créditos tributários do Banco GMAC e GMAC Administradora de Consórcios, conforme item II, parágrafo 2º, do artigo 1º da Circular nº 3.776/15.

#### III. CONCLUSÃO:

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda a aprovação das demonstrações financeiras e contábeis do Grupo GMAC, para a data-base de 30 de junho de 2019. São Paulo, 27 de agosto de 2019

**O Comitê de Auditoria**

### Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas e administradores do **Banco GMAC S.A.**

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco GMAC S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco GMAC S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

#### 1. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa 7, em 30 de junho de 2019 o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 10.543.505 mil, para o qual foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 245.443 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição de "ratings" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

#### Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origem das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que substancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio do arquivo de recebimento oriundo dos bancos correspondentes, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### 2. Divulgação e provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme mencionado na nota explicativa 16, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Em 30 de junho de 2019, o saldo de provisão para contingências prováveis é de R\$ 929.205 mil.

A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lide, assim como por parte da administração do Banco, e levam em consideração, entre outros, aspectos relacionados a existência de jurisprudência, recorrência das demandas apresentadas e mensuração de eventuais desembolsos futuros. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionadas aos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, consideramos esse assunto relevante para o processo de auditoria.

#### Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção de cartas de confirmação, quanto aos processos em andamento, diretamente dos assessores jurídicos do Banco para 30 de junho de 2019 e confronto dos prognósticos de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis.

Analisamos as comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, autuações e discussões das quais o Banco é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, na nota explicativa 16 às demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria executados sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e nos resultados obtidos, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as probabilidades de perdas, as estimativas de valores, as provisões e divulgações preparadas pela administração, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

#### 3. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco dependem do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um componente relevante no nosso escopo e, consequentemente, entendemos ser um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

O Banco considera que o sucesso de suas atividades depende da melhoria e do aperfeiçoamento contínuo e integração de suas plataformas tecnológicas necessárias ao bom desempenho de suas operações.

#### Como nossa auditoria conduziu o assunto

No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia para nos auxiliar na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também, realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes no desenho e operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de agosto de 2019

**ERNST & YOUNG**  
**Auditores Independentes S.S.**  
CRC-2SP034519/O-6  
**Flávio Serpejante Peppe**  
Contador - CRC-15P172167/O-6





CONSÓRCIO  
NACIONAL CHEVROLET

FINDNEWROADS®

CHEVROLET

